



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA:	Secretaria Municipal de Transporte e Obras Públicas.
ENDEREÇO:	Rua Cel. Matheus Paiva s/n Bairro Santo Agostinho – Muqui ES
TELEFONE:	(28) 3199 -0456
E-MAIL:	obras@muqui.es.gov.br

1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Sim

2. DO OBJETO

2. A Aquisição de Material de Construção visa atender à demanda para a manutenção das demandas das Secretarias: Municipal de Transporte e Obras Públicas, Agricultura, Meio Ambiente, Assistência Social, Educação e Saúde como manutenção nas redes coletoras e ligações novas esgoto, manutenção dos calçamentos em paralelepípedos em ruas do patrimônio histórico tombado, restauro rede bueiros, pequenos reparos em prédios públicos, Manutenção de galpões, viveiros, áreas de apoio ao produtor rural, pequenas estruturas em comunidades rurais e suporte logístico às atividades do setor, Manutenção preventiva e corretiva das unidades escolares, garantindo ambiente seguro e adequado aos alunos e profissionais da educação, Reparos e adequações em unidades básicas de saúde, garantindo condições estruturais adequadas ao atendimento da população. Portanto, a aquisição desses materiais é fundamental para o cumprimento das obrigações da administração pública em oferecer serviços de qualidade à população.

2.1 Os bens e objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de intimação ou de lavratura de ata/termo, na forma da lei N° 14.133, de 2021.

2.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a vigência da contratação.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3. TIPO DE CONTRATAÇÃO

Fornecimento de Bens/Materiais

4. NECESSÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Não

5. HOUVE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Não

6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

Não Será admitida a participação de consórcios de empresas

7. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

7.1 Justificativa e objetivo de contratação/aquisição

7.1.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos estudos Técnicos Preliminares.

7.2 Razão da contratação/aquisição.

7.2.1 Realizar a manutenção dos prédios públicos aumentando a valorização e vida útil dos mesmos, bem como garantir as reformas e as pequenas construções a fim de permitir as adaptações necessárias visando a qualidade do serviço público à população e a funcionalidade dos espaços.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO

8.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Critérios de sustentabilidade:

9.1.1 Os critérios de sustentabilidade e impactos ambientais como um todo encontra-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

9.2 Da exigência de amostra:

9.2.1 Não haverá apresentação de amostra.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9.3 Da garantia da contratação:

9.3.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

9.4 Da garantia da contratação:

9.4.1 **NÃO haverá exigência da garantia da contratação.**

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1 Condições de entrega e/ou execução do objeto:

10.1.1 Os Materiais devem ser entregues conforme a necessidade e sua entrega devem ser **no prazo de entrega dos bens é de até 05 (cinco) dias após emissão de autorização de fornecimento/serviço pelo setor de compras.**

10.1.2 Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Muqui, localizada na Rua Bernardino Monteiro, Bairro -Centro- Muqui/ES.

10.2 Garantia, manutenção e assistência técnica:

10.2.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990(Código de Defesa do Consumidor). Os materiais a serem entregues devem ter sido armazenados em condições de boa conservação pela empresa, cabendo a mesma substituir os materiais que porventura estiverem fora das condições de uso ou com defeitos de fabricação, com lacre violado, em até 24(vinte quatro) horas contadas a partir do recebimento do material.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

11.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato de cada Secretaria, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.5 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para administração.

11.5.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

11.5.2 Identificada qualquer inexatidão ou 11.3.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, Para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.5.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.5.5.0 fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

11.6 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada. Acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de a postilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.6.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

11.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que

Rua Cel. Matheus Paiva s/n – Bairro Santo Agostinho – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000

Tel/Fax.: (28 3199-0456)

e-mail: obras@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.10 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da solicitação/notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.8. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado conforme disposto no Capítulo X do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021, mediante a apresentação de nota fiscal ou da fatura pelo contratado e devidamente atestadas pela Administração, observado ainda o prazo estabelecido no contrato ou instrumento equivalente vigente.

13. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de:
Licitação

13.1.1. Se selecionado licitação:

REGISTRO DE PREÇO

13.1.2. Se selecionado contratação direta:

Não aplicável

Com fundamento na hipótese do art. Escolher um item da Lei nº14.133/2021.

13.1.3. Se selecionado instrumento auxiliar:

Não aplicável

13.2. Sob a forma:

Eletrônica

13.3. Com adoção do critério de julgamento pelo:

Menor Preço

13.4. Sistema de Registro de Preços?

Sim

13.5. Regime de execução em obras e serviços de engenharia:

Não Aplicável

13.6. Critério de divisão e/ou alocação dos itens que compõem a aquisição e/ou contratação:

Item



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

13.7. Habilitação Jurídica:

13.7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da Assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.8. Habilitação fiscal, social e trabalhista.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Rua Cel. Matheus Paiva s/n – Bairro Santo Agostinho – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000

Tel/Fax.: (28 3199-0456)

e-mail: obras@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

a. O custo estimado total da aquisição é de R\$ 1.114.774,02 (hum milhão cento e quatorze mil setecentos e setenta e quatro reais e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha/ Fonte de Recursos

Secretaria de Obras

Ficha: 460 Fonte: 1500

Secretaria de Agricultura

Ficha: 601 Fonte: 1500

Secretaria de Meio Ambiente

Ficha: 711 Fonte: 1500

Secretaria de Assistência Social

Ficha: 252,277,302,308,329,357,367,394,420
Fonte: 1500,1660,1661

Secretaria de Educação

Ficha: 160,207,208,210,211 Fonte:1500,1576

Secretaria de Saúde

Ficha: 005, 032 Fonte: 1500



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

16. DO REAJUSTE

16.1 Não se aplica.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 As penalidades administrativas são aquelas previstas na legislação federal, impondo-se, para sua aplicação, a observância dos procedimentos descritos no contrato ou instrumento equivalente.

a.

Muqui - ES

24 de Fevereiro de 2026

18. INDICAÇÃO DOS FISCAIS

a. São indicados para fiscalizar esta aquisição/contratação os seguintes servidores:

Secretaria de Obras

Fiscal técnico:

Titular: Edilânia de Lima Mariano

Cargo: Agente Administrativa

Secretaria de Agricultura

Fiscal técnico:

Titular: Wesley de Oliveira Saluci

Diretor Municipal Micro Crédito

Mat: 10730

Secretaria de Meio Ambiente

Fiscal técnico:

Mariangela da Silva Siqueira

Chefe de Coordenadoria

Mat:10735

Secretaria Assistência Social

Fiscal Técnico

Gabriel Firmino Pastor

Educador Social

Mat:10863

Secretaria de Educação

Fiscal Técnico

Rua Cel. Matheus Paiva s/n – Bairro Santo Agostinho – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000

Tel/Fax.: (28 3199-0456)

e-mail: obras@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ozias de Souza silva
Trabalhador Braçal
Mat:7973

Secretaria Municipal de Saúde
Fiscal Técnico
Claudia Batista Ferreira
Enfermeira PSF
Mat:10769

iscal técni

Educador Social
Mat: 10863

ria de Educação
iscal técnico:
za Silva
l

úde
a

19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Ocimar Gomes Correia
Motorista D

20. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Rua Cel. Matheus Paiva s/n – Bairro Santo Agostinho – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000

Tel/Fax.: (28 3199-0456)

e-mail: obras@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Elton Correia Silva
Secretário Municipal de Transporte e Obras Públicas

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

OCIMAR GOMES CORREIA

MOTORISTA D

SEMT0 - SEMTO - PMMUQUI

assinado em 04/03/2026 15:08:32 -03:00

ELTON CORREIA SILVA

SECRETARIO(A) MUNICIPAL

SEMT0 - SEMTO - PMMUQUI

assinado em 04/03/2026 15:08:42 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 04/03/2026 15:08:42 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por OCIMAR GOMES CORREIA (MOTORISTA D - SEMTO - SEMTO - PMMUQUI)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-ZGS645>